

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1013296-67.2016.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**  
Requerente: **José Fernando Bissolli**  
Requerido: **Companhia de Bebidas Ipiranga**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**DECIDO.**

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Sustentou o autor que dirigia uma motocicleta por via pública local, quando ao passar por um veículo da ré então estacionado foi surpreendido pela abertura de sua porta, não conseguindo evitar a batida contra a mesma.

A ré confirmou tal dinâmica, mas imputou a responsabilidade do evento ao autor porque desenvolvia velocidade excessiva e passou bem perto do automóvel, sem tomar as cautelas que lhe eram exigíveis.

As preliminares suscitadas pela ré em contestação entrosam-se com o mérito da causa e assim serão apreciadas.

O exame dos autos permite concluir que alguns dados fáticos trazidos à colação são incontroversos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Nesse sentido, o acidente noticiado ocorreu quando a motocicleta pilotada pelo autor atingiu o automóvel da ré, o qual estava parado do lado direito da via pública.

O embate aconteceu no momento em que o motorista da ré abriu sua porta, rendendo ensejo à colisão com a motocicleta.

Esses elementos bastam para estabelecer a certeza de que o acidente decorreu de culpa do motorista que dirigia o automóvel da ré no episódio.

Com efeito, dispõe o art. 49 do Código de Trânsito Brasileiro que “o condutor e os passageiros não deverão abrir a porta do veículo, deixá-la aberta ou descer sem antes se certificarem de que isso não constitui perigo para eles e para outros usuários da via”.

Incumbe em consequência ao condutor de um automóvel estacionado tomar o cuidado necessário para abrir sua porta esquerda porque com tal conduta poderá obstar a trajetória de outro que esteja trafegando regularmente.

Sobre o assunto, leciona **CARLOS ROBERTO GONÇALVES**:

*“O condutor, ao sair de um veículo estacionado à direita, deve tomar as devidas cautelas antes de abrir a porta da esquerda, a fim de evitar que esta venha a bater em algum veículo que naquele momento esteja passando. Nesses casos, a responsabilidade recai sobre quem abre a porta, pois, com este gesto, corta a trajetória do outro veículo, cujo motorista, via de regra, não tem tempo necessário e suficiente para detê-lo e evitar o impacto”* (“Responsabilidade Civil”, 6a Edição, pág. 650).

A jurisprudência caminha na mesma direção:

*“Acidente de trânsito – Motorista no interior de veículo estacionado que, sem as devidas cautelas, abre a porta do automóvel em direção ao leito da via de trânsito, dando causa à colisão com motocicleta que nela trafegava – Culpa exclusiva do motorista – Reconhecimento na espécie – Procedência parcial do pedido inicial – Sentença mantida – Apelo da ré improvido”* (TJSP – Ap. nº 992.07.056307-0 - Rel. Des. **MENDES GOMES**, j . 03/05/2010).

*“Responsabilidade civil – Acidente de trânsito – Caminhão estacionado – Abertura da porta sem cautela – Colisão com ônibus – Imprudência – Indenização devida. Age com culpa quem abre a porta de veículo, sem prestar atenção ao fluxo de veículos, dando causa a colisão. Recurso improvido”* (TJSP – Ap. nº 992.08.007426-9 - Rel. Des. **EMANUEL OLIVEIRA**, j . 16/03/2010).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

No mesmo sentido: RT 742/288; RT 591/142.

Percebe-se com clareza que a responsabilidade pelo acidente deve ser atribuída ao motorista da ré, até porque as circunstâncias destacadas na peça de resistência não restaram demonstradas.

Nesse sentido, a prova pela mesma produzida limitou-se ao depoimento do próprio motorista, inquirido como informante em virtude do seu interesse no desfecho da causa.

José Vladimir Pinheiro afirmou que olhou pelo retrovisor antes de iniciar a abertura da porta e não viu a motocicleta do autor.

Acrescentou que ato contínuo o impacto ocorreu, não tendo condições objetivas para declinar a velocidade – mesmo que aproximada – da motocicleta.

Ora, a "*alta velocidade*" referida a fl. 42, sétimo parágrafo, não contou com o respaldo de um único indício que ao menos lhe conferisse verossimilhança, sendo de resto contrariada pela existência de obstáculo existente entre um e dois metros do local do acidente (ambas as testemunhas ouvidas em audiência deixaram claro tal característica).

De igual modo, o depoimento de José Vladimir é por si só insuficiente para levar à ideia de que o autor não tenha obedecido à distância de segurança lateral do automóvel da ré.

Já o cuidado do motorista da ré ao abrir a porta do automóvel não esteve presente, tanto que o acidente sucedeu.

Saber, por fim, se o local do estacionamento era regular ou não é despicando porque mesmo na primeira hipótese remanesceria presente a falta de cautela do motorista da ré.

Definida a questão atinente à responsabilização pela colisão, resta fixar o montante da indenização devida pela ré.

O pleito exordial desdobra-se no recebimento de lucros cessantes e no ressarcimento de danos morais.

Quanto ao primeiro aspecto, assenta-se a postulação na incapacidade laborativa do autor por força das lesões que experimentou, tal como explicitado a fl. 04, item 14.

Reputo, porém, que assunto dessa natureza não é passível de ser dirimido pela via eleita, porquanto a realização de perícia seria imprescindível para patentear a impossibilidade do autor trabalhar como fruto do acidente versado.

Só que essa alternativa aqui não se pode dar.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

É preciso quando se analisa a matéria posta a discussão ter em mente que o sistema do Juizado Especial Cível possui natureza própria, orientando-se o processo que lhe diz respeito pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 2º da Lei nº 9.099/95).

Essa concepção revela que a realização de perícia, com os contornos previstos nos termos do Código de Processo Civil, é alternativa dissonante de tal sistema porque implicaria a demora na solução do feito incongruente com as ideias que o norteiam.

Bem por isso, o Enunciado 06 do FOJESP dispõe que *“a perícia é incompatível com o procedimento da Lei 9.099/95 e afasta a competência dos juizados especiais”*.

Nem se diga que o documento de fls. 16/17 supriria a diligência, seja porque confeccionado unilateralmente, seja porque dele não se extrai base segura da incapacidade invocada pelo autor (ele descreve que o autor *“refere dor e incapacidade laborativa”*, sem aprofundar-se a propósito).

Dessa maneira, caso o autor mantenha o interesse em receber valores a esse título deverá socorrer-se dos meios adequados a tanto.

Quanto aos danos morais, tenho-os por configurados.

Os reflexos do acidente impostos ao autor estão delineados a fls. 89/93, percebendo-se que precisou submeter-se a cirurgia para correção da luxação da articulação acromioclavicular.

É evidente que isso lhe impôs desgaste de vulto, como se daria com qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar na esteira das regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95).

É o que basta para a caracterização dos danos morais.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transpõe o excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e de juros de mora, contados da citação.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 06 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**